

DISCUSSÕES DE GÊNERO NA ANÁLISE DAS PRODUÇÕES DIDÁTICA DE HISTÓRIA DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

Daniele Pereira da Silva[1]

RESUMO
Este resumo expandido deriva das reflexões desenvolvidas na disciplina de teoria da história no primeiro semestre do Programa de Pós-Graduação em História da UEPG, referente a minha pesquisa de mestrado. Minha pesquisa busca compreender o desenvolvimento das questões de gênero no ensino de história nas produções didáticas, do Programa de Desenvolvimento Educacional do Paraná, (PDE) entre os anos de 2009 e 2010. Com o intuito de esclarecer como a historiografia clássica lida com as pesquisas de gênero, e como as professoras participantes do PDE desenvolveram seus materiais didáticos relacionando a historiografia clássica, com as teorias de gênero, e entender como aplicaram isso ao ensino de história.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Ensino de História; Historiografia; Programa de Desenvolvimento Educacional.

Este resumo expandido faz parte das reflexões desenvolvidas sobre historiografia, ensino de história e teorias de gênero, realizado no capítulo um da minha dissertação de mestrado. Minha pesquisa busca compreender como as professoras que participaram do Programa de Desenvolvimento Educacional do Paraná (PDE)[2], entre 2009 e 2010, desenvolveram as suas produções didáticas relacionando teoria da história, gênero e ensino de história. É relevante destacar que os trabalhos que as professoras-pesquisadoras desenvolveram deveria dialogar com o tema de interesse das professoras, com os conteúdos do currículo vigente no período, (Diretrizes Curriculares Estaduais) e com algum problema pertinente a comunidade escolar. O recorte temporal se justifica por tratar-se de um processo de transição, quando o PDE passa de uma nova formação de professores, para uma Política Pública de Estado.

Os autores/as que darão embasamento teórico-metodológico para a minha pesquisa serão Certeau; Maria da Gloria de Oliveira; Rago e Joana Maria Pedro. O intuito em dialogar com esses autores, é construir uma discussão que possibilite compreender como podemos intercalar historiografia e a prática social do historiador,

[1] Discente do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), graduada em Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: danielepereira1500@gmail.com
[2] O Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) é uma Política Pública Educacional criada a partir da lei complementar 103 de 15 de março de 2004, com o objetivo de aprimorar a qualidade da Educação Básica da Rede Pública Estadual, tornando-se Política Pública com a implementação da lei complementar 130 de 14 de julho de 2010.

com o ensino de história, e como isso perpassa o gênero. Neste caso a teoria de gênero estaria como um tema transversal, que se propõem compreender o impacto do gênero na escrita e no ensino de história. Sendo assim buscaremos demonstrar como o gênero faz parte do cotidiano do trabalho do historiador/a, desde as escolhas das suas fontes, a maneira como essa fonte é examinada, e quais são as conclusões que se desenrolam a partir de suas pesquisas. E talvez o mais importante, como suas pesquisas são recebidas pela comunidade acadêmica, e quais são os impactos dela para a nossa sociedade.

Para começar essa discussão, é relevante lembrar o papel social do historiador, como ele é produto da sociedade em que vive e como seu trabalho contribui para a construção desse mundo. Devemos nos perguntar onde o historiador escreve, para quem escreve e por que escreve. É inegável que uma pesquisa histórica precisa ter relevância social, mas como fazemos isso? Certeau nos ajuda ao escrever que o historiador/a escreve sua pesquisa na academia, e escreve primeiro para seus pares e depois para a sociedade. O pesquisador/a utilizará os fragmentos deixados pela sociedade para escrever, interpretar e preencher as lacunas de um passado que não pode mais ser tocado. Entretanto, o que o historiador/a fará com essas fontes é o que torna sua pesquisa relevante. Afinal, como o historiador/a escreverá esse passado, quais personagens privilegiará e por quê, não são escolhas tomadas ao acaso. É influenciado pela sociedade em que vive, e a própria história que escreve auxilia na manutenção ou mudança dessa sociedade.

Outra historiadora que levanta a questão do espaço social do pesquisador/a, e como esse espaço irá influenciar na sua produção intelectual é Margareth Rago. A pesquisadora faz uma análise de como a historiografia tem sido uma escrita masculinizada e excludente, que mesmo escondida atrás do discurso de “neutralidade”, escreve a história a partir do gênero. Entretanto esse gênero construído na historiografia do século XIX e XX, era uma história criada para contar sobre o passado exclusivo dos homens, e reafirmar assim sua “superioridade”. Porém o que chama a atenção dos trabalhos desenvolvidos por Rago, está em como ela observa a emergência das discussões de gênero, ou de uma história das mulheres na historiografia da década de 1970, como uma reação das mudanças sociais desse período. Como escreve Rago:

> Assim, ao retirar as mulheres do silêncio produzido por um discurso historiográfico centrado no homem, a história social das mulheres

> conflui com as demandas do feminismo que buscava uma maior visibilidade no espaço público, e com a desconstrução de mitologias misóginas que obstaculizavam nosso crescimento pessoal e profissional. (Rago, 1995, p. 86)

Mas como Certeau e Rago podem contribuir para entender sobre as produções didática do PDE do Paraná? Os professores/as que participaram desse projeto tinham alguns objetivos ao desenvolver seus trabalhos. O primeiro era analisar quais eram os problemas enfrentados em suas escolas, como debater esse problema com o conteúdo dos currículos, e como fazer isso amparado pelas discussões teóricas da sua disciplina. O campo dos Estudos de Gênero na década de 2000 já tinha se consolidado dentro da ciência histórica, principalmente por utilizar o gênero para investigar, interpretar e escrever a história. Naquele momento (assim como no nosso) o desafio era outro, como iriamos desenvolver essa discussão de gênero na história ensinada nas escolas, como trazer uma análise de gênero a sala de aula, que ainda aplicava uma "historiografia tradicional". Para desenvolver essa segunda parte ainda utilizaremos Certeau, todavia agora com a ajuda de outra pesquisadora, Joana Maria Pedro.

Pedro contribui para está discussão quando levanta o questionamento de qual história estamos escrevendo e discutindo, mas principalmente como estava ocorrendo está discussão. Era uma discussão sobre a história das mulheres? Se sim quais? Essa história estava levando em consideração as relações construídas historicamente entre homens e mulheres? Quem começa a levantar essas questões (como historiciza Rago), foram as pesquisadoras feministas que buscavam encontrar as "raízes" das desigualdades de gênero. Pedro também explicita como no campo da pesquisa histórica (que ocorre nos centros acadêmicos), essas discussões já se encontravam em um estágio de amadurecimento. Principalmente pelos textos produzidos pelas sociólogas, antropólogas e historiadoras. Como escreve Pedro sobre esse tema:

> Por outro lado, alguns trabalhos historiográficos, mesmo não tendo em seus objetivos discutir a questão de gênero nem focalizar as mulheres, têm integrado a discussão em suas problemáticas, fazendo aquilo que sempre foi a grande ambição desses estudos: tornar essa uma questão transversal, incorporando-a como uma categoria de análise que torna mais rica a escrita da história. (Pedro, 2011, p. 277)

O grande desafio então estava agora em como trazer essas discussões para as escolas, como colocar o gênero como ponto de análise na história produzida e ensinada nas escolas, essencialmente nas escolas públicas. Afinal se o lugar social do historiador

importa ao realizar a sua pesquisa, na hora de separar as fontes e escolher seu objeto de pesquisa, como isso ocorre tendo como influencia o Estado e a cultura escolar. É neste contexto que precisamos pensar em qual história é ensinada nas escolas, e a quem interessa manter ou mudar essa realidade.

Pensando então como a narrativa histórica é uma construção política, social e que é influenciada pelas vivencias do historiador/a, como uma resposta sobre as demandas da sociedade do presente, minha pesquisa encontra um ponto de partida. Talvez tenha ainda mais perguntas do que respostas, mas após ler, discutir e analisar sobre o que é narrativa histórica, e qual narrativa é privilegiada, busco analisar como foi esse processo de escrita dos materiais didáticos dos professores. Como a historiografia que esses professores tiveram contato durante a sua graduação (provavelmente realizadas durante as décadas de 1980 e 1990) influenciaram nos seus trabalhos. Como os autores clássicos dialogavam com essas novas abordagens que os professores tiveram contato, ao voltar para as universidades nos anos 2000. E como os seus contextos políticos, sociais, culturais e principalmente o espaço escolar lidaram com todos esses aspectos da pesquisa histórica.

Na minha dissertação analisarei oito artigos, mas para este resumo apresentarei apenas dois, como uma pequena amostra de como pretendo organizar minha análise sobre as produções didáticas das professoras. O primeiro artigo foi escrito por Ady Maria Souza, no qual a discussão principal consiste em compreender a participação das mulheres como guerrilheiras na resistência contra a ditadura cívico-militar (1964-1985). Neste artigo, a autora problematiza o uso generalizado da palavra “guerrilheiro” para classificar todos os que participaram da luta armada. Além disso, traça uma discussão entre autores da micro-história e da Nova Esquerda inglesa, como Jacques Le Goff, Fernand Braudel, e historiadoras que discutem gênero, como Ana Maria Colling, Michelle Perrot e Mary Del Priore. Para aplicar sua pesquisa em sala de aula, a autora utiliza fontes como relatos, filmes e documentários sobre o assunto, para fomentar a participação dos alunos.

Já o artigo de Telma Denilze foca em discutir a apresentação das mulheres indígenas nos livros didáticos e como sua representação estereotipada contribui para a construção de uma visão eurocêntrica nas escolas. A autora embasa a justificativa de seu tema na Lei 11.645/08, que promulga a inclusão do ensino da cultura e da história indígena nas escolas, mas salienta que, mesmo com essa lei, ainda persiste uma visão

estereotipada dos povos originários. Em relação à historiografia, a autora utiliza a Nova História Cultural para discutir como a construção de uma história eurocêntrica impossibilita uma verdadeira discussão sobre raça e gênero nas escolas. E, para tentar combater esse problema (já que essa era a proposta do programa), a autora traz como proposta pedagógica apresentar como se deu, ao longo dos anos, a invisibilidade da mulher indígena. Depois, apresenta a ascensão da mulher indígena na vida política do país, dando como exemplos Joênia Wapichana (primeira advogada indígena do Brasil) e Raimunda Putani Yawanawá (primeira pajé de seu povo).

Como Maria da Gloria de Oliveira argumenta, não só a historiografia é composta por pesquisadores homens, mas a sua escrita é masculinizada, não na ideia de que exista uma forma de se escrever que revele o gênero do seu autor. Mas sim de uma escrita que privilegie só o que os homens escrevem, como se só as suas pesquisas, as suas dúvidas e suas descobertas fossem relevantes de serem estudados, e consequentemente somente seus pensamentos são “dignos” de teorização, e até mesmo de ser seguido e referenciado pelas próximas gerações de pesquisadores/as. Coincidência ou não, (provavelmente não) os materiais que trabalharam com gênero no PDE foram escritos por professoras, algumas até tinham orientadores homens. Entretanto a maioria contou com uma professora QPM (Quadro Próprio de Magistério) e uma orientadora das IES (Instituições de Ensino Superior) que nos leva a pensar em uma discussão feita por Rago, seria a história das mulheres ou o gênero uma discussão para as historiadoras? Seria essa história separada da “história oficial”. Ainda seguindo essas discussões, sobre qual historiografia as mulheres produzem, Maria de Glória de Oliveira escreve:

> Não se trata (neste caso, de adentrar na agenda de preocupações especificas dos estudos que alçaram as mulheres a condições de objeto de pesquisa e agentes históricos, mas de explorar a questão que não passou despercebida a Michel de Certeau, quando refletia sobre o historiador e as suas relações com os outros sujeitos sobre os quais escreve. “[...] em decorrência da diferenciação entre os sexos, deve-se concluir que uma mulher produz uma outra historiografia que aquela do homem? (Oliveira, 2018, p. 113)

O foco da discussão sobre o que é história, qual narrativa privilegiar, qual verdade dos fatos é a legitima, e como incluir as mulheres nesses aspectos, não pode ser o único objetivo da pesquisa de gênero. Devemos pensar como as mulheres são inseridas na escrita da história. Como os seus espaços dentro da academia são

respeitados, qual é o alcance de suas pesquisas, e como as historiadoras são referenciadas posteriormente. O que as historiadoras escrevem está sendo debatidos? Seus escritos são utilizados de forma transversal? Ou acabam relegadas a uma bolha de pesquisa que só interessa as mulheres? Estamos conseguindo fazer o que a décadas é debatido, colocar o gênero como categoria de análise, que consegue estudar as mais variadas sociedades no tempo e espaço, ou só estamos construindo ainda uma história de gênero discutida dentro da história da vida privada e da família?

Assim a minha própria pesquisa foi enriquecida após as discussões sobre teoria da história e historiografia, pois consegui pensar em outro aspecto da minha análise dos materiais didáticos produzidas pelos professores/as PDE. Incluindo agora não só a análise do gênero no Ensino de História. Mas também compreender o processo de escrito da pesquisa dessas professoras, quais autores foi escolhido, como foi realizado o diálogo dos clássicos da historiografia com essas abordagens de gênero, como foi o processo de amadurecimento dessa escrita docente. Talvez nem todas as perguntas seja respondida ao final da minha dissertação, porém o processo de reflexão também faz parte da construção da pesquisa histórica, que pode não ser respondidas agora, mas abrem brechas para outras trabalhos. Esse processo de reflexão e de levantar novas dúvidas é o que constrói a história, que nunca é escrita e acabada nela mesma, mas sim um longo processo de mudança e reinterpretação.

Referências bibliográficas

CERTEAU, Michel de A operação historiográfica. In. _____. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 65-119.

COSTA, Maria Paula. **O ensino de história no século XXI: a perspectiva dos professores participantes do PDE**. Antíteses, v. 6, n. 12, p. 53, 2013.

JENKINS, Keith. O que é a história? . In. ____. A história repensada. São Paulo: Contexto, 2001. p. 23-52.

OLIVEIRA, Maria da Glória. *Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia*. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 11, n. 28, 2018.

PEDRO, Joana. Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi**. vº 12, nº 22, jan./jun. 2011, pp. 270-283.

PEDRO, Joana. Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **HISTÓRIA**, São Paulo, vº 24, nº 1, pp.77-98, 2005.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). **Cultura histórica em debate**. São Paulo: UNESP, 1995. p. 81-91.